

PROLETARIZAÇÃO E EMIGRAÇÃO NAS REGIÕES CANAVIEIRA E AGRESTINA DE PERNAMBUCO

Mário Lacerda de Melo
Geógrafo

1 – INTRODUÇÃO

Em sua compreensão mais ampla, o fenômeno das migrações no Nordeste vincula-se aos dois mais relevantes característicos diferenciadores da macrorregião dentro do contexto espacial brasileiro: o subdesenvolvimento e as secas. Em consequência, o espaço nordestino distingue-se dos demais espaços macrorregionais do país não apenas em razão de um aspecto de natureza econômica (o subdesenvolvimento) e de um aspecto de natureza climática (a ocorrência das estiagens calamitosas) mas também por força de um aspecto de caráter demográfico (a frequência e intensidade dos deslocamentos populacionais). Como se sabe, a região nordestina é, no Brasil, a de maiores movimentos migratórios.

Resultantes muito mais do subdesenvolvimento do que das secas calamitosas, os movimentos migratórios nordestinos possuem predominantemente uma base econômica. Esse fato, porém, está longe de significar tratar-se de fenômeno singelo em sua gênese e em suas feições. Basta lembrar, a respeito, que ele ocorre comumente e com particular intensidade em todas as áreas interioranas de elevadas densidades de povoamento independentemente dos respectivos sistemas de exploração de recursos.

A variedade de formas ou categorias em que se pode dividir o fenômeno, por outro lado, contribui para mostrar sua relativa complexidade.

Uma tipologia das migrações nordestinas abrange, com efeito, bom número das formas em que, no plano genérico, se classificam os movimentos horizontais de população. Segundo o âmbito espacial, elas podem ser inter-regionais, intra-regionais, interestaduais e intermunicipais, havendo, em todas essas categorias, uma tendência geral de destinarem-se aos centros urbanos na proporção mesma dos tamanhos desses centros e, muito frequentemente, através de etapas sucessivas. Segundo a existência ou não de retorno costumeiro do emigrante, as migrações podem ser definitivas e temporárias. Finalmente, sob um critério ou perspectiva de natureza temporal, podem-se distinguir entre os movimentos migratórios nordestinos:

a) os de *tipo constante*, que ocorrem em fluxos incessantes por efeito das debilidades e das distorções de natureza estrutural e de ordem sócio-econômica e demográfica existentes em determinadas áreas da hinterlândia regional;

b) os de *tipo sazonal*, que são representados principalmente pelo conhecido deslocamento temporário de agrestinos ("curumbas") para a região canavieira onde permanecem durante os meses de falta de trabalho no Agreste (efeito das culturas de curto ciclo vegetativo), fase que coincide com o período de colheita e, portanto, de maior demanda de braços, na zona canavieira;

c) os de *tipo episódico*, que se verificam em virtude e por ocasião das secas calamitosas, quando multidoes de retirantes, premidos pela ausência de meios de sobrevivência, abandonam as áreas atingidas pelo flagelo.

Claro que tanto as migrações constantes como as sazonais e como as episódicas ocorrem em diferentes âmbitos de deslocamento. Mas, qualquer que seja a modalidade com que se apresente, a categoria de migrações classificada como constante reveste-se de importância maior no cotejo com as demais categorias. Isso porque esse tipo de deslocamento é o que abrange maior número de pessoas, o que se reveste de maior significação como indicador de problemáticas de nível sub-regional, e que acarreta efeitos de mais ampla magnitude, especialmente nas áreas de destino.

Ocorrem esses fluxos migratórios de caráter constante com intensidade destacadamente maior em certas e determinadas áreas interioranas de elevada densidade demográfica onde o conjunto dos problemas, por efeito de fatores diversos e variáveis de um caso para outro, resume-se na existência de um desequilíbrio cada vez maior entre as respectivas capacidades de suporte humano e os quantitativos populacionais que deveriam sustentar. Em duas sub-regiões com esses característicos — a Região Canavieira e a do Agreste —

constatamos que os efeitos desse desequilíbrio, traduzidos em pressão demográfica, têm sido consideravelmente agravados mercê de uma transformação estrutural dos sistemas econômicos respectivos. Transformação que implica em mudança de estrutura sócio-econômica acarretadora da proletarização das massas de pequenos agricultores e, dada a escassez de emprego, geradora de grande incremento dos movimentos migratórios. Ao seu estudo destina-se o presente trabalho.

Como se vê, tem ele uma dupla limitação dentro da amplitude dos espaços e da temática geral das migrações nordestinas. Especialmente, cinge-se a duas zonas de Pernambuco que não somam 30.000 km². Por outro lado, limita-se ao exame das estruturas sócio-econômicas existentes nessas zonas e das suas transformações recentes de efeito proletarizador e, em consequência, intensificador dos fluxos migratórios.

2 -- ÁREAS PERNAMBUCANAS DE EMIGRAÇÃO

Um esforço no sentido de se identificarem os espaços pernambucanos de mais intensos deslocamentos populacionais deve partir naturalmente da verificação da forma que, em seus traços gerais, se reparte o efetivo humano do Estado. O pressuposto lógico é o de que os quantitativos populacionais de determinado espaço representam sua capacidade potencial do servir de área de origem de fluxos migratórios. Capacidade potencial que se mobiliza, ou deixa de se mobilizar em função de variáveis outras. Daí, a conveniência de, no estudo dos fluxos migratórios estaduais, termos em vista inicialmente os dados referentes às densidades do povoamento em diferentes espaços do território pernambucano.

Os dados básicos, para esse objetivo, são os registrados na Tabela 1. Revelam eles, antes do mais, que os graus de intensidade do povoamento do Estado não apenas se apresentam muito variados, o que constitui fato comum, mas chegam a ser amplamente contrastantes. De um lado, temos as micro-regiões sertanejas de muito baixas densidades demográficas, e, do outro, as micro-regiões das zonas da Mata e do Agreste com densidades altas, para não falar no elevado grau de concentração humana da micro-região do Recife. Um agrupamento dos espaços micro-regionais de Pernambuco segundo o critério em causa permite classificá-los na forma seguinte (dados de 1970):

a) os de densidade muito alta, abrangendo a Região Metropolitana do Recife, com 814,5 h/km²;

b) os de densidades altas, compreendendo as micro-regiões situadas

nas zonas da Mata e do Agreste (Mata Seca, Agreste Setentrional, Mata Úmida, Agreste Meridional e Vale do Ipojuca), com densidades de 65,3 a 123,2 h/km²;

c) os de densidades baixas, correspondendo às micro-regiões sertanejas do Alto Pajeú e de Arcoverde, 28,4 e 29,5 h/km², respectivamente;

d) e os de densidades muito baixas, compreendendo a vasta extensão ocupada pelas demais micro-regiões sertanejas (Araripina, Salgueiro, Sertão do Moxotó e Sertão do São Francisco) com densidades de 7,7 a 15,3 h/km² em uma área que representa cerca de 54% da superfície do Estado.

Salta aos olhos a correlação existente em termos gerais entre essas faixas de densidades de povoamento e os sistemas de organização econômica e de exploração de recursos existentes em Pernambuco. Recordemos, porém, (a) que a elevadíssima densidade populacional da micro-região do Recife liga-se à circunstância de tratar-se de área de concentração demográfica e econômica do tipo urbano-metropolitano; (b) que os elevados índices de povoamento das micro-regiões situadas na Zona da Mata vinculam-se ao sistema canavieiro de uso da terra; (c) que as densidades igualmente elevadas das micro-regiões agrestinas relacionam-se com o sistema gado-policultura de uso de recursos; (d) que o baixo povoamento das micro-regiões sertanejas está condicionado pelo sistema de pecuária extensiva nelas dominantes; (e) e que o destaque das duas micro-regiões sertanejas de índices não muito baixos (Alto Pajeú e Arcoverde) relaciona-se principalmente com uma atividade de lavoura relativamente mais significativa nelas encontrada. Acrescentemos que, como é comum no Nordeste, existe uma certa correspondência entre os graus de adensamento populacional e os valores indicativos das densidades de produção de lavoura. Bem o demonstram os dados da Tabela 2 em cotejo com os da tabela de número 1.

Passando a examinar os dados referentes ao crescimento populacional ocorrido no último período intercensitário (Tabela 3), verificamos que, de um modo geral, à parte o caso particular da Região Metropolitana do Recife, o incremento realizou-se a taxas elevadas nas áreas de baixas densidades demográficas e, reciprocamente, efetuou-se a taxas baixas nas áreas de densidades altas. Taxas elevadas são geralmente as das micro-regiões sertanejas (algumas até difíceis de ser explicadas, podendo ser atribuídas às imperfeições do censo de 1960). E taxas muito inferiores à do Estado como um todo são as das micro-regiões situadas nas zonas da Mata e do Agreste, especialmente nos espaços agrestinos de maior policultura que são os constitutivos do Agreste Setentrional (3,5 e 5,5, respectivamente).

A expressão gráfica desses números haveria de constituir um cartograma de traçado geral inverso ao da repartição da população. As exceções importantes são (a) a da micro-região do sertão do Moxotó onde o crescimento populacional foi de dimensão média (14,8%) embora a densidade demográfica seja apenas de 10,4 h/km² e (b) a da micro-região do Vale do Ipojuca com um crescimento também de dimensão média (21,0%) embora a densidade demográfica se situe no grupo das altas (65,3 km²). Ao primeiro desses fatos não deve ser estranha a circunstância de constituir a bacia do Moxotó a área de condições mais adversas dos sertões pernambucanos. Para o segundo, muito deve ter contribuído a função retentora de população exercida pela rede urbana da micro-região em causa, especialmente pela cidade de Caruaru.

Não existindo, como não existem, em relação aos espaços pernambucanos no decênio considerado, motivos específicos para que determinadas micro-regiões apresentem saldos do balanço natalidade — mortalidade sensivelmente inferiores à média dos padrões considerados normais no País, a ocorrência, nelas, de baixas taxas de crescimento demográfico tem de ser atribuída a elevados saldos negativos dos respectivos balanços migratórios. Não parece forçado, por conseguinte, considerar em termos gerais como áreas de emigração os espaços onde as taxas de crescimento populacional se situam sensivelmente abaixo da que exprime o aumento populacional brasileiro no decênio. Com apoio nesse raciocínio, podemos formar idéia sobre a intensidade dos fluxos migratórios pernambucanos comparando o aumento havido em cada micro-região com um crescimento imaginário, calculada à base da taxa brasileira de incremento demográfico. O resultado é o registrado na última coluna da referida Tabela 3. Nela aparecem como espaços de maiores saldos migratórios negativos presumidos (indicativos de emigração), em ordem decrescente, as micro-regiões do Agreste Meridional, do Agreste Setentrional, da Mata Úmida e da Mata Seca, seguida, um tanto ao longe, pela do Vale do Ipojuca.

Registremos finalmente que, segundo os resultados de uma pesquisa específica realizada em 1961, pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, as zonas da Mata e do Agreste eram também, àquele tempo, as de maior contribuição para os fluxos migratórios dirigidos para o Recife. (MELLO, 1961)⁶

3 — FATORES DA EMIGRAÇÃO NA ZONA DA MATA

3.1 — A Concentração dos fatores de Produção

O sistema canavieiro de exploração de recursos do solo, amplamente dominante na Zona da Mata de Pernambuco, modelou um tipo de organiza-

ção sócio-econômica rural caracterizada fundamentalmente por uma repartição acentuadamente assimétrica dos fatores da produção e, portanto, da renda, a que corresponde uma estrutura social rigidamente estratificada. A base ou camada inferior da pirâmide social está constituída por uma classe trabalhadora muito numerosa. Em contraposição, são pouco numerosas, em termos relativos, as pessoas que compõem as camadas superiores da sociedade rural detentoras dos meios de produção, dividindo-se entre elas tanto o parque industrial e as atividades fabris produtoras de açúcar como os domínios fundiários e as atividades agrícolas produtoras de cana.

A existência da mencionada numerosa classe dos trabalhadores, além de corresponder à própria natureza da produção agroindustrial açucareira, resulta das formas de concentração referidas. Formas de concentração que constituem o fator básico a partir do qual se originam as relações de trabalho e de que dependem, em grau elevado, as condições de existência do trabalhador. Estas, em última instância, constituem o grande fator dos fluxos migratórios. Convém, pelo visto, termos presentes alguns dados capazes de caracterizar a concentração em causa, em suas distintas modalidades.

1º — Concentração industrial. A concentração do parque açucareiro da região exprime-se no fato de serem atualmente 38 as unidades fabris, ou usinas, pertencentes a 34 empresas ou grupos econômicos empresariais. No conjunto, essas usinas têm uma produção anual que já se aproxima dos 20 milhões de sacos. A elas se destina toda a produção de cana da região, atualmente da ordem dos 13 a 14 milhões de toneladas. Cada um desses estabelecimentos fabris tem em torno de si uma área produtora e fornecedora da matéria-prima, designada como sua *zona agrícola*. Desse modo, embora existam muitos casos de interpenetração e mesmo de solução de continuidade entre essas áreas o espaço agrícola canavieiro está compartimentado em zonas distintas, tendo cada uma delas um nódulo para onde conflui a produção de cana. O conjunto ou a rede de nódulos industriais e das respectivas zonas não há dúvida que constitui uma estrutura de organização econômica do espaço produtivo. Trata-se, como se percebe, de uma malha de espaços tributários definida em função de núcleos recebedores da produção agrícola.

Gira em torno desses núcleos mais do que em torno dos centros urbanos, a vida econômica da região.

2º — Concentração fundiária. A concentração fundiária exprime-se, antes do mais, no fato de pertencerem aos 34 grupos empresariais proprietários das usinas de açúcar pernambucanas cerca de 45% do total da superfície das propriedades territoriais da região (SILVA, 1966)⁷ Ao nível das micro-

regiões e dos municípios, a proporção é, porém, muito variável. As menores participações encontram-se nas áreas de menos acentuada monocultura e na micro-região da Mata Seca onde foi bem mais demorado o processo de substituição do antigo sistema engenho pelo atual sistema usina do que na Mata Úmida. Ali aparecem municípios onde as terras de usinas representam menos de 20% do total enquanto na Mata Úmida não são raros os casos em que a proporção ultrapassa a marca dos 50%. De um modo ou de outro, as terras pertencentes às empresas usineiras representam uma importante parcela que se acrescenta à já elevada concentração dos meios de produção que as mesmas detêm como proprietárias do parque fabril açucareiro. Acresce que a parte restante do domínio fundiário regional, exceto fração pouco significativa e difícil de precisar, é ocupada por grandes e médias propriedades (principalmente grandes) exploradas pelos fornecedores de cana. Segundo os dados do antigo IBRA referentes a 1965, de um total de 940.159,8 hectares dos imóveis rurais cadastrados, apenas 116.344,8 hectares ou 12,4% da área total correspondem a propriedades de até 100 hectares. A superfície das de tamanho superior a 100 hectares representa, portanto, 87,6% da área total (CADERNOS DO IBRA).³

3º — Concentração da produção agrícola. Quanto à concentração da produção agrícola, está ela expressa, antes do mais, no fato de aproximadamente 35% das safras de cana da região, atualmente da ordem dos 13 a 14 milhões de toneladas, serem produzidos pelas próprias empresas usineiras. Isso significa que essas empresas, além de possuírem a totalidade do parque e da produção industrial e cerca do 45% das terras de cana, têm também o domínio de um terço das atividades agrícolas canavieiras. A exemplo do que ocorre quanto à sua participação na área total das propriedades, o percentual de cana das usinas é geralmente menor na micro-região da Mata Seca onde o sistema engenho sobreviveu por mais tempo. Pertence aos fornecedores de cana a parte restante, que corresponde a 65% do total ou a cerca de 8,5 milhões de toneladas. Dessa quantidade, apenas cerca de 21% correspondem a fornecedores considerados pequenos (de até 2.000 toneladas), cujo número representa 81% do total. Os outros 79% do contingente de cana dos fornecedores são produzidos por grandes e médios agricultores somando apenas 19% do total dos fornecedores de cana.*

Esses dados e os referentes ao contingente de cana das usinas indicam que a produção canavieira da Zona da Mata de Pernambuco é obtida em

* A estrutura econômica da sub-região foi por nós examinada mais detidamente na monografia *O açúcar e o homem problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*, publicada pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, sediado no Recife. (MELO, 1975).⁵

regime de grande lavoura numa proporção superior a 80%, o que constitui um terceiro setor de concentração econômica, ao lado da existente nos domínios industrial e fundiário.

Voltamos a dizer que essa concentração constitui o fator básico da existência de uma numerosa camada social de baixa renda. Camada que, sob o condicionamento, ou o impulsionamento, de determinadas variáveis apontadas adiante, se tornou a grande alimentadora dos deslocamentos humanos da região.

3.2 – O processo de Proletarização

Em correspondência com uma estrutura econômica altamente concentradora dos fatores da produção (o que faz parte da própria natureza da agroindústria canavieira), surgiu um tipo de estrutura social caracterizado essencialmente pela existência da maior parte da população nas camadas de baixa renda. Nessas camadas situar-se-ia a classe trabalhadora, que já não era de escravos ao tempo em que se implantou, se expandiu e tomou conta da região o sistema usina de organização agrária.

A camada inferior da estrutura social herdada dos engenhos era constituída por moradores de diferentes categorias, por trabalhadores-moradores e por assalariados. Os últimos ou eram residentes (habitando moradias não circundadas de áreas de cultivo) ou não residentes chamados *ambulantes* (residindo nos pequenos aglomerados vizinhos (povoados, vilas e pequenas cidades). Uma categoria à parte é a do trabalhador migrante sazonal, chamado *curumba*, procedente da Zona do Agreste em função da existência, ali, de uma estação morta coincidente com a época da colheita na zona da cana, como já foi referido. Posto de lado o caso do migrante sazonal, que vive na região canavieira apenas durante alguns meses por ano, a camada mais inferior e mais pobre da população é constituída pela grande massa dos trabalhadores residentes e ambulantes. É comum serem chamados de *cassacos*, designação a que, não raro, se associa o seu baixo nível de existência.

Diferentemente dos simples assalariados, os trabalhadores-moradores viviam em parte de salários e, em parte, como pequenos agricultores, do resultado de seus labores e dos labores de seus familiares nas pequenas áreas privativas de lavouras que lhes eram destinadas em torno de suas moradias. Áreas designadas como *sítios*. Sítios onde se encontravam casas humildes e, em torno delas, pomares de frutas regionais assim como áreas de lavoura destinadas a uma pequena agricultura de subsistência. Alguns animais domésticos participavam da minúscula unidade de produção. Além dos de quintal,

podiam-se ver, por vezes, um cavalo em um arremedo de estrebaria ou um bovino amarrado por uma corda. Não raro uma casa-de-farinha completava o quadro.

Essa pequena exploração familiar dos sítios proporcionava aos trabalhadores-moradores um melhor aproveitamento da força-de-trabalho da família e a renda correspondente, que se somava à proveniente do salário. Quanto ao dono da grande lavoura canavieira, a vantagem consistia em poder contar, dentro de cada engenho, com uma reserva de mão-de-obra sempre à sua disposição. Além disso, era-lhe vantajoso pagar salários baixos, o trabalhador sendo compensado também através do uso das pequenas glebas que cultivavam.

Por conseguinte, a organização agrária tradicional possuía, ao lado da grande lavoura canavieira dos senhores de engenho ou fornecedores de cana, também a pequena lavoura policultora dos moradores e trabalhadores-moradores. Lado a lado, estavam, o grande agricultor e o agricultor muito pequeno. Além disso, como os partidos de cana ainda ocupavam espaços relativamente pequenos e o sistema agrícola era o de rotação de terras, uma fração expressiva da área das propriedades ficava ocupada pelas capoeiras e pelas reservas de mata. Portanto, a aludida organização agrária tradicional representava não apenas uma forma de equilíbrio sócio-econômico, no plano das relações de trabalho, mas também uma forma de equilíbrio sócio-ecológico, no plano da estruturação do espaço produtivo. O advento e a generalização do sistema usina, como forma de organização e estruturação do espaço produtivo e da economia da região iria acarretar mudanças profundas de natureza social. Passava-se de um regime de feição eminentemente senhorial nas suas relações internas para um regime de índole caracteristicamente capitalista. Desapareciam as áreas de contacto e aproximação entre a família do detentor do estabelecimento rural e as famílias de seus subordinados. Extinguiam-se a assistência, a proteção e o amparo que o paternalismo senhorial dos donos de engenhos dispensava às comunidades a elas subordinadas. Tornava-se mais rígida a estratificação social. As relações entre produtores e trabalhadores passavam a ser simples relações entre capital e trabalho.

Ao mesmo tempo em que progredia esse processo, ocorria um crescimento populacional, não correspondido pelo aumento da demanda de mão-de-obra, com suas repercussões desfavoráveis nos níveis salariais. Somam-se, desse modo, aos efeitos da estrutura sócio-econômica altamente concentradora de renda, (a) os do desaparecimento do paternalismo assistencial e (b) os do incremento demográfico como fatores de agravamento das condições de existência da massa trabalhadora e, portanto, da sua força de repulsão po-

pulacional. A esses fatores, veio acrescentar-se o representado pelo desencadeamento de um processo de transformação que, rompendo o mencionado relativo equilíbrio sócio-ecológico e sócio-econômico compreendido no regime de trabalhadores-moradores, acarretou um fenômeno de proletarização em grandes proporções.

Deve-se esse rompimento, em primeiro lugar, ao expansionismo interno das áreas cultivadas com cana em cada propriedade. O interesse em aumentar as safras de cana levou o produtor a ocupar espaços anteriormente não cultivados com a gramínea, entre os quais os privativos de pequenas lavouras dos antigos sítios antes referidos. Um segundo fator de eliminação desses sítios e da categoria de trabalhadores a eles vinculada foi a aplicação das leis trabalhistas às atividades de lavoura através do Estatuto do Trabalhador rural (Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963). Como se sabe, esse Estatuto criou um elenco de encargos sociais contra o qual procura defender-se o produtor a todo custo fazendo diminuir a mão-de-obra possuidora de vínculo empregatício. Desse modo, cresceu muito consideravelmente seu interesse em reduzir ao máximo o número de trabalhadores-moradores, os quais perdiam a condição de pequenos agricultores e passavam a viver apenas de salário. Proletarizavam-se, portanto.

Esse processo, além de haver acentuado o caráter monocultor da organização agrária canvieira, com seus reflexos sobre o custo da vida na região, agravou a assimetria da distribuição da renda regional e rebaixou as condições de existência da maior parte da massa trabalhadora, aquela parte que vivia anteriormente também da pequena lavoura. Reforçava-se assim o grande fator de repulsão causador dos fluxos migratórios.

Não ficou aí, porém, o agravamento do problema social. Passando a residir nos aglomerados da região, o trabalhador, além de não dispor das glebas dos antigos sítios, já não conta com a assistência que, bem ou mal, recebia nos engenhos. Agora, para trabalhar naqueles mesmos engenhos, vinculava-se à figura do empregado. E este, como intermediário de trabalho, apoderava-se de uma parcela daquilo que deveria representar a renda do trabalhador e, além disso, sonega freqüentemente os encargos sociais que a lei estabelece em favor do empregado. Não admira, pois, que a mudança para o habitat aglomerado signifique, com freqüência, uma primeira etapa de um deslocamento de maior amplitude a ser feito pelo trabalhador.

4 – FATORES DA EMIGRAÇÃO NA ZONA DO AGRESTE

4.1 – As debilidades econômicas

Área de emigração certamente ainda mais intensa do que a encontrada na zona Canavieira é a do Agreste, região onde, como se sabe, prevalece o sistema gado-policultura de exploração de recursos e de organização econômica. Neia, porém, o mecanismo gerador da pressão demográfica e dos consequentes deslocamentos humanos haveria de ser totalmente diverso. O tipo de organização sócio-econômica também condiciona ali uma repartição assimétrica da renda em virtude da distribuição desigual dos fatores da produção, especialmente do fator terra, mas sem aqueles contrastes encontrados na região do açúcar. Correspondentemente, a estrutura social apresenta-se menos rigidamente estratificada e constitui-se de camadas menos extremadas. Veremos que, por isso, o fenômeno emigratório agrestino vincula-se menos à existência de uma numerosa camada inferior da população do que às debilidades do quadro econômico e às mudanças que vem sofrendo ao longo de seu processo evolutivo, com amplas e profundas implicações sociais.

No ápice da pirâmide encontram-se os grandes proprietários, que detêm terras, atividades e renda em proporção que se não pode comparar com a existente na zona canavieira em poder das empresas usineiras e dos grandes fornecedores de cana. Além disso, os estratos constituídos por agricultores de dimensão média e submédia apresentam um número consideravelmente mais elevado de produtores. A proporção da área das propriedades de menos de 100 hectares corresponde a 62% da área total contra 12% na região canavieira.

Também difere totalmente da encontrada na zona da cana a constituição da camada inferior e mais pobre da população. Desta vez o que vemos são as categorias dos parceiros, dos minifundiários e dos assalariados a formarem setores praticamente do mesmo nível e intercomunicantes. Embora trabalhando em terra alheia, o parceiro é um pequeno agricultor mas a insuficiência de sua renda, devida, inclusive, às condições da parceria, o obriga a ser, com freqüência, também um assalariado. E o minifundiário tem freqüentemente a mesma necessidade, dada a insuficiência de tamanho e de produtividade da gleba que utiliza. Desse modo, parceiros, minifundiários e assalariados formam categorias interpenetradas que pouco se distinguem uma das outras no tocante aos quantitativos de renda e, portanto, às condições de existência.

Quanto à repartição dos tipos de atividades, a grande distinção de natureza geral reside no fato de serem predominantemente pecuaristas os grandes e médios produtores rurais enquanto os pequenos produtores, seja na condição de pequeno proprietário (ou de pequeno arrendatário), seja na de minifundiário, seja na de parceiro, vivem sobretudo da lavoura. Desse modo,

não sendo muito numerosa a categoria dos assalariados, o exercício direto da atividade agrícola constitui a grande base de sustento da camada inferior da estrutura social ou, em outras palavras, o meio de vida da grande massa formadora da população pobre da região. Não são poucos nem são simples os problemas que, atingindo essa agricultura, afligem o grande segmento do efetivo humano regional por ela sustentado.

O mais fundamental desses problemas, sendo também o problema central de que derivam vários outros, é o da baixa produtividade da terra e do trabalho, a um tempo característico e fator básico da debilidade do quadro agrícola agrestino. Os baixos rendimentos em que se expressa decorrem principalmente dos fatores enumerados abaixo.

1º — Degradação e esgotamento dos solos. A perda da fertilidade dos solos constitui fenômeno generalizado no Agreste, decorrente de práticas agrícolas predatórias. Uma das conseqüências é o desaparecimento das culturas mais exigentes que são também as mais rentáveis. A do café, que existia em diversas áreas, está praticamente extinta. A do algodão está em declínio, a do milho e a do feijão fazem-se com baixos rendimentos agrícolas. De um modo geral, a única que se apresenta em visível progresso é a da mandioca, menos exigente em solos. Dela se ocupam geralmente pequenos produtores e minifundiários.

2º — Processos produtivos primitivos. A exemplo do que acontece em tantas outras áreas nordestinas de policultura, domina no Agreste o sistema primitivo extensivo de agricultura tropical. Suas práticas respondem notoriamente não apenas pela degradação dos solos mas também por baixos rendimentos agrícolas. Vincula-se o primitivismo dessa tecnologia agrícola aos baixos padrões sócio-culturais da massa enorme de pequenos agricultores, que não lhes proporcionam nem maior capacidade de assimilar inovações técnicas nem maiores horizontes de aspiração.

3º — Assistência creditícia deficiente. O problema do acesso do pequeno agricultor ao crédito agrícola permanece sem solução por causa principalmente (a) do número muito grande de produtores dessa categoria, (b) da ausência, nos estabelecimentos bancários governamentais de estruturas operacionais capazes de realizar a capitalização do crédito, (c) das exigências regulamentares desses estabelecimentos, especialmente quanto à situação jurídica das terras, (d) do baixo grau de instrução do pequeno agricultor, quase sempre analfabeto.

4º — Assistência técnica insuficiente. Também não tem tido solução adequada o problema da assistência técnica do pequeno produtor agrícola.

O seu número muito elevado e, mais uma vez, os seus baixos padrões sócio-culturais muito dificultam os esforços nesse sentido. Ao lado disso, existem deficiências de estrutura, de recursos e de desempenho dos órgãos responsáveis pela prestação desse tipo de assistência.

Como se vê, todo um complexo de fatores contribui para os baixos índices de produtividade da lavoura agrestina. Essa lavoura, já vimos que é a grande mantenedora das camadas inferiores da população. Em consequência, são correspondentemente baixos seus níveis de renda. Níveis de renda que ainda mais baixos se tornam em consequência das subtrações realizadas por efeito da estrutura agrária (minifúndio e parceria) e pela estrutura da comercialização (intermediação especulativa).

Compreende-se, assim, ser a renda do pequeno agricultor de tal nível que só lhe permite condições de existência geradoras de deslocamentos populacionais.

4.2 — As modificações sócio-econômicas

4.2.1 — *A formação do sistema gado-policultura.* Pelo visto, as fragilidades do quadro econômico do Agreste, limitando sua capacidade de suporte humano, constitui um poderoso fator das correntes migratórias que se originam da região. Ao lado, porém, desse fator, e com eficácia atualmente maior que ele, figuram certas forças ligadas ao processo de evolução do sistema de organização agrária ali existente. Processo que, através de mecanismos diferentes do que vimos existirem na zona canvieira, também gera uma proletarização como causa imediata de intensos deslocamentos populacionais. Vejamos como tem ocorrido e como está ocorrendo essa evolução.

Sabemos que no espaço canvieiro pernambucano a evolução do sistema de uso da terra realizou-se sem mudança do tipo de atividade dominante, o que emprestou à zona do açúcar a continuidade da função regional que assumiu desde o início do povoamento colonizador. No Agreste, porém, a evolução caracterizou-se por diferenciações do quadro econômico em fases sucessivas, fazendo variar, correspondentemente, as funções regionais ao longo do tempo.*

A primeira dessas fases estendeu-se dos fins do século XVII ao início do século XIX. Foi o período da ocupação territorial por meio do estabeleci-

* A periodização da história do Agreste pernambucano apresentada a seguir baseia-se principalmente em dados recolhidos pelo Professor Manuel Correia de Andrade, constantes de sua monografia intitulada *A pecuária no agreste pernambucano*. Recife, Ed. do Autor, 1961.

mento das fazendas de criar. Com elas, organizou-se um quadro econômico do tipo pastoril extensivo. O fornecimento de carne e de animais do trabalho à zona do açúcar tornou-se a principal função regional. O povoamento era extremamente escasso. Em 1774, existiam em todo o espaço atualmente definido como agrestino apenas cinco freguesias somando 11.606 habitantes.

A segunda fase, iniciada nos começos do século XIX, tendo-se alongado até os meados do século em curso, durou até época recente. A expansão algodoeira marcou a mudança entre os dois períodos. A atividade de lavoura gerou um grande crescimento demográfico, com o recebimento, pelo Agreste, de contingentes humanos provenientes da região canavieira. No começo da terceira década do século, em 1822, o número de freguesias passara a sete e o efetivo populacional a 25.917 habitantes. Na década de 1840, o início da substituição do algodão arbóreo por variedades de curto ciclo vegetativo constituiu fato relevante na evolução do sistema regional do aproveitamento de recursos. Novo avanço da mesma natureza ocorreu a partir da década de 1870 quando adveio a expansão da lavoura permanente do café naquelas manchas das terras agrestinas possuidoras de condições ecológicas a ela favoráveis. Finalmente, um terceiro passo relevante da evolução agrestina registra-se nas primeiras décadas do século em curso, quando o algodão e o café já possuíam participação ampla na economia da região. Consistiu na perda progressiva, pelas atividades pastoris, de seus característicos de pecuária extensiva ao mesmo tempo em que o criatório ia deixando de ser de corte e passando a ser predominantemente de leite. O segundo desses aspectos condicionou o primeiro. O fornecimento ao Recife, ou através do Recife, de algodão, café, leite e produtos alimentícios de origem vegetal tornou-se o principal elemento definidor da função regional do Agreste. Função-celeiro face ao grande aglomerado que começava a ser a cidade do Recife e, ao mesmo tempo, função alimentadora das exportações estaduais.

A terceira fase, iniciada em torno dos meados deste século, é a das alterações recentes da estrutura econômica da região. Desapareceu o café como lavoura importante, passando os espaços por ele antes ocupados a ser destinados sobretudo a pastagens plantadas. Declinou a participação relativa e, com ela, a importância da produção algodoeira. Em detrimento das atividades da lavoura em geral, com exceção da mandioca (por motivos específicos), expandem-se as atividades pastoris. Com ela, ampliam-se por quase todo o território agrestino as fronteiras da bacia leiteira do Recife. O abastecimento de leite da região metropolitana recifense passou a constituir a mais importante função regional. As demais declinaram e estão declinando.

A gênese e a evolução da estrutura social do Agreste haveriam naturalmente de ser condicionadas pelo processo evolutivo da economia regional que acabamos de apontar sumariamente. Durante a fase de predominância da pecuária extensiva, tínhamos ali uma sociedade do tipo pastoral. A escassez e dispersão do povoamento constituíam o característico básico da área. Em conseqüência, um subaproveitamento, ou não aproveitamento, do espaço e de suas potencialidades. As escassas atividades ficavam a serviço da zona canavieira.

A fase subsequente foi de adensamento progressivo da economia e da população. O interesse em produzir algodão levou os fazendeiros a promoverem a exploração de suas terras não apenas através do gado solto na caatinga mas também através daquela planta. Sendo a terra de suas propriedades o seu único recurso disponível, não lhes seria possível implantar uma estrutura de produção nos moldes da de grande lavoura ou da de *plantation*, como existia na região canavieira. Podiam, entretanto, entregar pequenas áreas de suas fazendas a pequenos agricultores sem terra (a princípio oriundos da zona da mata), recebendo, em compensação, uma parte das safras algodoeiras. Instalou-se, assim, o regime de parceria.

Segundo as normas consuetudinárias do contrato de parceria, o pequeno produtor conseguia a terra de que precisava e, usando a mão-de-obra familiar, nela plantava, como produto mais importante, o algodão e, consorciadamente, alguns produtos alimentares, sobretudo o milho e o feijão. O fazendeiro recebia, como compensação, a princípio, além de uma parte das safras, os palhais ou restolhos da cultura que, na quadra seca, serviam de fonte complementar de forragem para o seu gado. Com o tempo tornou-se de maior interesse para o criador receber, como pagamento pelo uso das glebas dadas em parceria, ora o valor representado pelo seu desmatamento ora o representado pelo plantio da palma forrageira ou de capim.

Instituiu-se desse modo, através da parceria, um equilíbrio entre proprietários e parceiros, entre pecuária e lavoura, entre criadores e agricultores. Equilíbrio que se situa na base do sistema dominante de exploração de recursos do Agreste: o sistema gado-policultura. Releva observar que esse equilíbrio, implicando em aproveitamento diversificado do solo e na existência de reservas de espaço revestidos de vegetação primitiva, possuía uma bem visível dimensão sócio-ecológica. Ao mesmo tempo, implicando na coexistência do grande produtor-criador e do pequeno produtor-agricultor, também possuía uma evidente dimensão sócio-econômica.

4.2.2. — *Pecuarização, proletarização e emigração*. durante um longo período,

de cerca de um século e meio, o sistema gado-policultura constituiu o grande modelador e condicionador da estrutura sócio-econômica e da paisagem agrária da maior parte dos espaços agrestinos significativamente produtivos. Mas, por influência da evolução econômica e de seus próprios característicos intrínsecos, não poderia aquele sistema durar indefinidamente. A partir do momento em que, mercê de circunstâncias ligadas aos mercados consumidores, se tornou de maior interesse para o fazendeiro a ampliação de seu rebanho do que a participação na safra obtida pelo parceiro, a compensação do proprietário passou a ser representada predominantemente pelo valor correspondente ao já mencionado desmatamento das áreas de cultura depois destinadas a pastagens ou ao aludido plantio de palma ou de capim. A cessão de terras para lavouras passou, então, a ser feita em função do interesse da pecuária. Resultaria desse fato um aumento incessante das áreas ocupadas com pastagens e uma diminuição, até o progressivo desaparecimento, das disponibilidades de terras para a policultura e a parceria.

Esse fato explica a perda da importância que, nas últimas décadas, têm tido as lavouras de curto ciclo vegetativo do Agreste, de fundamental importância no seu quadro econômico: o algodão, o milho e o feijão, que comumente se reúnem em culturas consorciadas. A aludida diminuição de disponibilidades de terra para lavoura implicava também em eliminação progressiva da figura do parceiro. Sem terras para cultivar, ele se torna um assalariado. Proletariza-se. E como não tem oportunidade de trabalho nem nas fazendas de criar (que absorvem muito pouca mão-de-obra) nem nos aglomerados da região (que não possuem dinamismo) torna-se um marginalizado, um expulso do sistema produtivo e, em consequência, um emigrante.

Nos últimos 15 a 20 anos, a expansão dos espaços destinados a pastagens, em detrimento da lavoura, tem assumido o caráter de um surto avassalador. Para a onda de pecuarização do Agreste, os fatores que mais contribuem são certamente (a) o crescimento da demanda de leite na Região Metropolitana do Recife (mercado ativo, representado por uma empresa estatal) o (b) o elenco de estímulos governamentais, especialmente no setor creditício. Em consequência, intensificou-se correspondentemente o processo de proletarização, fator de emigração. Não é, pois, sem motivo que as populações agrestinas acusaram no último período intercensitário as tão baixas taxas de crescimento de que nos ocupamos no capítulo 2.

4.2.3 -- Minifundização, proletarização e emigração. Simultaneamente com todo esse processo que tem como cenário a fazenda de criar, ocorre o existente nas áreas (não raro situadas entre grandes domínios) onde a unidade produtora está representada pela pequena propriedade e onde prevalecem as ativi-

dades de lavoura. Essas áreas ora são as das manchas úmidas chamadas *brejos* (onde as condições climáticas permitem a existência de culturas permanentes e de culturas de longo ciclo), ora são espaços possuidores do clima da caatinga (onde, ao lado do criatório, só se encontram culturas de curto ciclo).

A pequena propriedade nos brejos tudo indica que se originou da ocupação por posseiros de terras devolutas ou mesmo de terras de sesmeiros e grandes proprietários não exploradas por eles. Nas áreas de caatinga, a explicação para a presença da pequena propriedade ao lado da grande e da média reside certamente, ao menos na maioria das vezes, no fracionamento gerado pela sucessão hereditária. Mas nos dois casos a transferência por herança teve efeito fragmentador da propriedade fundiária.

Como quer que seja, em ambos esses tipos de áreas, certos fatos ligados à evolução sócio-econômica vêm acarretando efeitos intensificadores dos fluxos emigratórios. Um desses efeitos é a própria subdivisão da pequena propriedade, o que se exprime em minifundização ou mesmo em verdadeira atomização da terra. Um outro consiste na muito acentuada diminuição da produtividade do solo como decorrência de uso repetido e do emprego de processos produtivos irracionais. Um terceiro efeito da evolução econômica afetando as áreas de pequenas propriedades tem sido a incorporação de unidades fundiárias desse tipo às do tamanho grande ou médio, o que se deve sobretudo à expansão pecuarista e caracteriza um processo de latifundização paralelo ao de minifundização.

Por conseguinte, a pequena propriedade, seja pela sua incorporação às fazendas, seja pela fragmentação excessiva, seja pela queda de produtividade, vai perdendo condições de sustentar e empregar os adicionais de pessoas derivados dos saldos do balanço natalidade — mortalidade. O grande número de sobrantes tem, por isso, de viver de salários, proletarizando-se. Mas, como, pelos motivos já referidos, não encontram trabalho nas fazendas nem nas cidades, tornam-se obreiros marginalizados do processo produtivo, e, a exemplo dos parceiros sobrantes, vêem-se na contingência de emigrar. Como se percebe, a emigração do pequeno proprietário proletarizado soma-se à do parceiro proletarizado. Somam-se os seus efeitos para explicar o baixo crescimento populacional do Agreste caracterizado anteriormente.

5 — CONCLUSÃO

Foi dito no início deste trabalho que os movimentos migratórios nordestinos, vinculando-se ao subdesenvolvimento, possuem predominantemente uma base econômica e que, entretanto, isso está longe de significar tratar-

se de fenômeno singelo em sua gênese e em seus característicos. Também mencionamos que ele ocorre com particular intensidade nas áreas interiores de elevadas densidades de povoamento, independentemente dos respectivos sistemas de exploração de recursos. Nos exemplos sub-regionais pernambucanos que acabamos de examinar, esses enunciados têm confirmação. Trata-se de sub-regiões que, embora contíguas, só possuem em comum, entre as condições diretamente favorecedoras da emigração, o fato de possuírem povoamento elevado. Não obstante, vimos que ambas são áreas de intensos deslocamentos humanos.

Além disso, esses casos fornecem indicações sobre o papel exercido, no processo de que resultam as migrações, (a) pela estrutura sócio-econômico, (b) pelas debilidades dos quadros econômicos, (c) pelo expansionismo imoderado de uma atividade em detrimento de outras e (d) fenômeno da minifundização.

A influência da estrutura sócio-econômica torna-se patente na região canavieira onde a massa enorme da população pobre e seus níveis insatisfatórios de existência relacionam-se com a muito elevada concentração dos meios de produção e da renda. Já na região do Agreste, onde não existe aquela tão alta concentração e onde domina o sistema gado-policultura, caracteriza-se como fator preponderante não propriamente o tipo de estrutura sócio-econômica e sim o conjunto de fragilidades e distorções do sistema econômico. Fragilidades e distorções que só permitem condições de existência muito baixas à enorme massa de pequenos produtores.

Ao lado desses fatores, e somando efeitos, atuam os inerentes às modificações pelas quais vêm passando as duas estruturas econômicas, acarretadoras de severas implicações sociais. Em ambos os casos, tem ocorrido um acelerado expansionismo do tipo de atividade exercida, de forma dominante, pelas camadas econômicas mais fortes da população em detrimento do exercido pelas camadas de menor renda, acarretando a eliminação progressiva da classe de pequenos agricultores. Na Zona da Mata, o expansionismo tem sido dos canaviais e a categoria eliminada tem sido a dos antigos trabalhadores-moradores, a qual, proletarizando-se e desruralizando-se, emigra em grande parte. No Agreste, o expansionismo tem sido das pastagens plantadas e dos rebanhos enquanto a categoria eliminada está sendo a dos parceiros, a qual, também se proletarizando, igualmente emigra em grande parte.

Nos dois exemplos, ocorre a rutura de um equilíbrio de natureza ao mesmo tempo sócio-ecológica e sócio-econômica. Na zona do açúcar, representado pelo antigo regime de trabalhadores-moradores ou sitiantes. Na do Agreste, representado pelo tradicional regime de parceria.

As influências do fator estrutura agrária estão naturalmente implícitas ao falarmos na concentração dos meios de produção, especialmente no tocante à zona do açúcar. Existem, porém, no caso do Agreste, os influxos sobretudo das estruturas de significativa participação do minifúndio e os efeitos do fenômeno da minifundização. Fenômeno que, acarretando marginalização de contingentes humanos (à semelhança do que ocorre com os sítiantes da zona do açúcar e dos parceiros da zona policultora) também gera proletarianização em áreas de muito baixa oferta de emprego. Em consequência, a emigração.

BIBLIOGRAFIA

- 1 – ANUÁRIO ESTATÍSTICO – PERNAMBUCO. Recife, SERPE, 1971.
- 2 – ANDRADE, Manuel Correia de. *A pecuária no agreste pernambucano*. Recife, s. ed., 1961.
- 3 – CADERNOS DO IBRA. Cadastro de imóveis rurais – Pernambuco. Rio de Janeiro, IBRA, 1968.
- 4 – FUNDAÇÃO IBGE. VIII Recenseamento geral – 1970. *Sinopse preliminar do censo demográfico – Pernambuco*. Rio de Janeiro, 1971. 100 p.
- 5 – MELO, Mário Lacerda de. *O açúcar e o homem; problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975. 304 p. il. (Série Estudos e Pesquisas, 4). Inclui bibliografia.
- 6 – _____. *As migrações para o Recife – I; estudo geográfico*. Pref. Gilberto Freyre. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1961.
- 7 – SILVA NETO, José Marcelino Rosa e. *Contribuição ao estudo da Zona da Mata de Pernambuco (aspectos estruturais econômicos da área de influência das usinas de açúcar)*. Pref. Gilberto Freyre. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1966.

TABELA 1

ESTÁDO DE PERNAMBUCO - REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO
POR MICRORREGIÃO - 1970

Unidades Espaciais	Area Terrestre (km ²)	POPULAÇÃO					
		TOTAL		URBANO		RURAL	
		N. Absolutos (1.000 hab)	Densidade (hab/km ²)	N. Absolutos (1.000 hab)	%	N. Absolutos (1.000 hab)	%
Pernambuco	98.281	5.166,5	52,6	2.813,9	54,5	2.352,6	45,5
Região Metrop. do Recife	2.201	1.792,7	814,5	1.651,3	92,1	141,4	7,9
Demais Microrregiões	96.080	3.373,8	35,1	1.162,6	34,5	2.211,2	65,5
Araripina	11.792	180,2	15,3	40,7	22,6	139,5	77,4
Salgueiro	9.100	109,6	12,0	32,6	29,7	77,0	70,3
Sertão do S. Francisco	23.274	179,2	7,7	68,7	38,3	110,5	61,7
Alto Pajeú	8.633	245,2	28,4	70,2	28,6	175,0	71,4
Sertão do Moxotó	9.804	102,1	10,4	28,0	27,4	74,1	72,6
Arcoverde	5.582	164,9	29,5	57,7	35,0	107,2	65,0
Agreste Setentrional	3.441	392,4	114,0	92,3	23,5	300,1	76,5
Vale do Ipojuca	8.117	529,9	65,3	240,2	45,3	289,7	54,7
Agreste Meridional	7.574	559,6	73,9	150,0	26,8	409,6	73,2
Mata Seca	3.154	388,5	123,2	162,3	41,7	226,2	58,2
Mata Úmida	5.609	522,2	93,1	219,9	42,2	302,3	57,8

Fonte: FUNDAÇÃO IBGE-Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1970 - Pernambuco.

TABELA 2
 ESTADO DE PERNAMBUCO - DENSIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA
 POR MICRORREGIÃO - 1971

Microrregiões	Área terrestre (km ²)	VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA		
		Absoluto (1.000,00)	Por km ² (1.000,00)	% s/ o total do Estado
Araripina	11.792	41.760	3,54	4,0
Salgueiro	9.100	33.390	3,66	3,2
Sertão Pe. do S. Francisco	23.274	51.966	2,23	5,0
Alto Pajeú	8.633	85.032	9,84	8,1
Sertão do Moxotó	9.804	41.015	4,18	3,9
Arcoverde	5.582	88.417	15,83	8,5
Agreste Setentrional	3.441	86.094	25,02	8,2
Vale do Ipojuca	8.117	106.271	13,09	10,2
Agreste Meridional	7.574	155.527	20,53	14,9
Mata Seca Pernambucana	3.706	128.088	34,56	12,2
Região Metrop. do Recife	1.649	38.461	23,32	3,7
Mata Úmida Pernambucana	5.609	189.100	33,71	18,1
T O T A L	98.281	1.045.121	10,63	100,0

Fonte: SERPE - Anuário Estatístico - Pernambuco - 1971

TABELA 3

ESTADO DE PERNAMBUCO - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NO PERÍODO 1960/1970 POR
MICRORREGIÃO E ESTIMATIVA DE MIGRAÇÕES

Unidades espaciais	(Em 1.000 habitantes)					
	População		Crescimento ocorrido	Pop. imaginada segundo a taxa brasileira de 31,2% (e)	Saldo migratório presumido (f) = b - e	
	1960 (a)	1970 (b)				
Pernambuco	4.136,9	5.166,5	1.029,6	5.427,6	24,9	261,1
Região Metrop. do Recife	1.240,5	1.792,7	552,2	1.627,5	44,5	165,2
Demais Microrregiões	2.896,4	3.373,8	477,4	3.800,1	16,5	426,3
Araripina	128,6	180,2	51,6	168,7	40,1	11,5
Salgueiro	80,0	109,6	29,6	105,0	37,0	4,6
Sertão do S. Francisco	111,1	179,2	68,1	145,8	61,3	33,4
Alto Pajeú	193,2	245,2	52,0	253,5	26,9	8,3
Sertão do Moxotó	88,9	102,1	13,2	116,6	14,8	14,5
Arcoverde	123,4	164,9	41,5	161,9	33,6	3,0
Agreste Setentrional	371,9	392,4	20,5	487,9	5,5	95,5
Vale do Ipojuca	437,8	529,9	92,1	574,4	21,0	44,5
Agreste Meridional	540,7	559,6	18,9	709,4	3,5	149,8
Mata Seca	355,7	388,5	32,8	466,7	9,2	78,2
Mata Úmida	465,1	522,2	57,1	610,2	12,3	88,0

Fonte: FUNDAÇÃO IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1970 - Pernambuco